



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE  
Rua Hugo Carneiro, nº 567 – Bairro Bosque

AUDIÊNCIA PÚBLICA, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025.

Ata da 20º audiência pública. 1ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura da Câmara Municipal de Rio Branco – estado do Acre – Para tratar de pautas relativas ao Plano Diretor da cidade de Rio Branco.

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, no Plenário da Câmara Municipal de Rio Branco; sob presidência: **Vereador Bruno Moraes**, secretário: **Vereador Matheus Paiva**. Presentes ainda os edis: Aiache, Samir Bestene, Felipe Tchê, Elzinha Mendonça, Fábio Araújo. Visitantes: Antônio Furtado – Conselheiro do CREA; Edivânio de Souza-Conselho Estadual de PCD (CAPDAC); Ana Lúcia – Conselho Estadual de pessoa PCD; Teófilo Lessa – FIEAC; Edivânia Souza – CAPDAC; Emir Mendonça – CAPDAC; Ana Cunha – SEINFRA; Jorge – Umarb; Alexandre – PHD; Dr. Rolin - Promotor de Justiça; Lais Medeiros – arquiteta e urbanista; Dr. José Wildson; Deputado José Adriano; Dr. Arcelon da Silva Dias; Arthur Leite – MP; Procuradora Raquel Eline. ABERTA A AUDIÊNCIA PÚBLICA. **Vereador Bruno Moraes**, falou que a respeito da revisão do plano diretor de Rio Branco, citou que não é apenas um documento frio e técnico, mas é o documento que organiza a cidade de Rio Branco, em todos os aspectos possíveis para preparar a cidade para os próximos dez anos, abordará os mais variados aspectos; preservação, drenagem urbana, infraestrutura, zoneamento, sustentabilidade entre outros. ABERTO O PERÍODO DE DISCUSSÃO. **Ana Cunha** – Servidora da SEINFRA, assomou à tribuna, cumprimentou e afirmou ser uma honra poder compartilhar com os presentes o resultado do trabalho realizado, explicou que essa apresentação havia sido feita no dia 9 de setembro aos senhores vereadores, para que tomassem conhecimento dos aspectos mais relevantes da revisão, iniciou pelo ponto essencial: o uso do solo, explicou que o Plano Diretor classifica todos os tipos de atividades possíveis no ambiente do município, e que, conforme essa classificação, determinado uso pode ou não ser instalado em uma área, devido ao impacto que pode gerar no sistema viário, estacou a classificação de Polo Gerador de Tráfego (PGT) – PGT1, PGT2 e PGT3, informou que, na proposta de alteração, propôs retirar da lista de PGT1 os seguintes usos: comércio varejista, materiais de construção, insumos para agricultura e congêneres, uma vez que essa classificação corresponderia a atividades de grande porte, como empresas de ônibus, com grande volume de veículos, acrescentou que os PGT1 e PGT2, conforme a proposta, poderiam ser implantados em qualquer zona da cidade, desde que apresentassem Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), ressaltou que, na lei atual, existe restrição de zonas para instalação desses usos, e que a nova proposta traria flexibilização, desde que acompanhada do devido estudo, comentou também sobre as Áreas de Promoção de Comércio e Serviço, já existentes na avenida Amadeo Barbosa e na via Chico Mendes, explicou que a proposta incluía a região da Estrada da Sobral, que apresentava características de uso semelhantes, justificadas por demandas recorrentes ao longo dos anos, abordou os postos de combustíveis, mencionou que, embora possuam legislação específica, estavam sendo incluídos na proposta, reduzindo a distância mínima entre bombas de postos distintos para 100 metros, especificamente considerando a posição das bombas, sobre condomínios, informou que o cálculo das vagas destinadas a idosos e pessoas com deficiência passaria a ser baseado nas vagas de visitantes,



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE**  
**Rua Hugo Carneiro, nº 567 – Bairro Bosque**

entendendo que as vagas dos moradores já estariam garantidas. Tratou da Zona de Interesse Histórico e Cultural, reconhecida como um ponto delicado, ela apresentou a proposta de dispensa de provisão de vagas de estacionamento, afastamentos viários e recuos para construções na região histórica e também na região central da cidade, com relação às vias com estacionamento rotativo, como no centro e no Bosque, esclareceu que seria dispensada a reserva de área de estacionamento, exceto para PGTs, informou que a proposta retirava essa exigência. Tratou especificamente das igrejas, justificando a necessidade de revisão dessa classificação, explicou que, na lei vigente, igrejas não podem ser instaladas em vias locais, somente em vias principais ou superiores na hierarquia, tratou da faixa de domínio das rodovias federais e estaduais, explicou que a legislação atual exigia 15 metros de recuo não edificante, e que a proposta reduzia para 5 metros, respeitando a faixa da caixa da via conforme norma do DNIT, abordou a Área de Desenvolvimento Industrial (ADI), explicou que a lei atual contempla duas áreas: a conhecida como área da Coca-Cola (Distrito Industrial) e a área na saída para Porto Velho. Uma terceira área, fora do perímetro urbano, nunca recebeu demandas ao longo dos anos, razão pela qual propôs sua retirada, informou que, na proposta, a ADI1 passaria a incluir condomínios industriais, logísticos e de serviços, permitindo que esses usos se instalassem ao longo das rodovias federais e estaduais, mesmo fora das ADIs, por apresentarem vocação industrial, comentou que a região da antiga Coca-Cola já está descaracterizada, apresentando residências, igrejas e pequenos comércios, e a proposta reconhecia essa realidade ao permitir usos não industriais na ADI1, apresentou uma síntese das alterações legislativas: 50 artigos alterados para ajuste textual ou técnico, 69 artigos acrescidos, incluindo a reestruturação completa do livro referente à fiscalização urbanística, 66 artigos revogados, que repetiam quadros de zonas e regramentos que seriam unificados, explicou que a proposta reunia, em um único anexo, todos os quadros de zonas e áreas especiais, consolidando informações de ocupação do solo, parcelamento e usos admitidos, facilitando o trabalho técnico e o entendimento geral, destacou que o anexo trazia colunas sobre taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento, permeabilidade, gabarito, regras de parcelamento e usos permitidos, dando aos profissionais uma visão integrada da cidade, comparou a um “raio X” de Rio Branco, apresentou também o anexo sobre vagas de estacionamento, ressaltando que todas as alterações buscavam reduzir exigências, atendendo demandas sociais e técnicas, incluindo a mudança solicitada por shoppings centers em nível nacional, agradeceu a oportunidade e colocou-se à disposição para dúvidas. Ana Lúcia – Conselho estadual de pessoa com deficiência do Acre (CONED), assomou à tribuna, cumprimentou a todos, explicou que o ponto que a trazia à discussão dizia respeito aos empreendimentos de culto nos bairros, esclareceu que, no Plano Diretor de 2016, qualquer empreendimento capaz de gerar barulho ou alterar o tráfego, inclusive igrejas, era obrigado a apresentar Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e garantir acessibilidade, ressaltou que, no texto atual da proposta, essas exigências foram suprimidas, explicou que os templos foram divididos por metragem, conforme já mencionado anteriormente por Ana, e que as categorias menores ficaram sem o vínculo da exigência do estudo de impacto de vizinhança, sem controle de ruído e sem a obrigatoriedade de acessibilidade, afirmou que o novo texto permitia interpretar que igrejas pequenas e médias, ao serem priorizadas para instalação dentro dos bairros, e não mais nas vias principais, ficariam dispensadas do estudo de impacto, da mitigação acústica e da acessibilidade — o que, segundo ela, reduziria a proteção às pessoas com deficiência, às pessoas com autismo, considerando a questão do ruído, bem como as barreiras arquitetônicas, esclareceu que a situação “não estava proibida”, mas também “não estava garantida no corpo da lei”, pediu aos vereadores que restabelecessem a obrigatoriedade do estudo de impacto de vizinhança também para as igrejas de pequeno porte, da mesma forma que se exigia dos



## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE

Rua Hugo Carneiro, nº 567 – Bairro Bosque

comércios varejistas que também seriam permitidos nos bairros, solicitou ainda que a acessibilidade fosse mantida como exigência obrigatória, lembrando que a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) determina que todo empreendimento de uso individual ou coletivo deve garantir condições de acessibilidade, finalizou agradecendo. **Edvanio de souza** – Centro de Apoio à pessoa com deficiência do Acre – CAPDAC, assomou à tribuna, pediu que a cidade tenha acessibilidade no transporte público, pois a mesma foca em estacionamentos, elevadores acessíveis, nos prédios, mas existe uma falha no aspecto citado, falou que infelizmente os transportes públicos estão com deficiência de elevadores manuais, o que acarreta em um maior sofrimento dos cadeirantes, citou que muitas vezes as consultas médicas demoram dois anos para acontecer e no dia a locomoção para os Hospitais públicos, como o Hospital das Clínicas, a locomoção do paciente pcd fica inviavel, por vezes perde a consulta por falta de estrutura de transporte, pediu providências no plano diretor quanto a este assunto e agradeceu a oportunidade. **Emir Mendonça** - CAPDAC, assomou à tribuna, iniciou sua fala pela questão da educação, ressaltou que a população precisava ser informada sobre o significado de PCD, pois muitos ainda não sabiam o que a sigla representa, defendeu que esse conhecimento seja levado às escolas, às crianças, aos jovens e aos adultos e às repartições públicas, relatou um fato ocorrido naquele mesmo dia: ao chegar à Câmara de Vereadores para estacionar, encontrou um veículo não autorizado ocupando a vaga destinada a PCD, vaga essa de que ele precisava, utilizou o exemplo para ilustrar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência, falou que era necessário esclarecer que o número de pessoas com deficiência havia aumentado, incluindo os autistas, e que o índice de autismo especialmente no Acre estava acima da média e em contrapartida, afirmou que não houve aumento na quantidade de vagas destinadas a PCD, gerando defasagem em Rio Branco e em todo o estado, destacou que a sinalização oficial de PCD mudou, mas essa atualização ainda não havia sido implementada em Rio Branco nem no Acre, ao tratar das vagas de estacionamento, defendeu que nenhum alvará de funcionamento deveria ser liberado para empresas, no município ou no interior, sem que o ponto comercial estivesse adequado para receber pessoas com deficiência ou idosos, lembrando que a maioria dos prédios públicos e privados não oferecia acessibilidade, abordou a área do turismo, afirmando que os hotéis do Acre não possuíam acessibilidade, nem banheiros ou quartos adequados para PCDs e idosos. Criticou também as calçadas de Rio Branco — inclusive a da própria Câmara, por não oferecerem condições adequadas. Reforçou a crítica ao transporte público, já mencionado por Edivânio, questionou quantas pessoas com deficiência existiam na equipe que elaborava o Plano Diretor? Quantos cadeirantes?

Afirmou que era necessário incluir mais pessoas com deficiência para que pudessem relatar suas dificuldades e contribuir com a construção do plano e finalizou agradecendo pela oportunidade e pela chance de falar. **Teófilo Lessa** - FIEAC e Sinduscom, assomou à tribuna, cumprimentou a todos, agradeceu aos vereadores e, em nome do vereador Bruno Moraes, cumprimentou os colegas da comissão, incluindo o vereador Samir Bestene e Jorge, representante da OMARB, agradeceu o acolhimento às propostas, sugestões e alterações apresentadas, explicou que ainda existem pontos importantes para discutir e anunciou que encaminharia um documento formal à comissão com sugestões para contribuir com a construção de uma Rio Branco mais próspera, respeitosa ao meio ambiente, às necessidades dos moradores e daqueles que visitavam a cidade, concluiu agradecendo e afirmando que continuaria contribuindo com o processo. **Dr. José Wildson** - ALEAC, assomou à tribuna, agradeceu pela oportunidade de estar representando a Associação dos Ministros Evangélicos do Acre, na pessoa do presidente, pastor Eldo Gama, agradeceu à Dra. Ana e à sua equipe, que os recebeu algumas vezes para tratar de demandas relacionadas ao Plano Diretor no que dizia respeito às igrejas, não apenas às



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE**  
**Rua Hugo Carneiro, nº 567 – Bairro Bosque**

evangélicas, mas a todas as demais contempladas nas reivindicações apresentadas, explicou que muitas das demandas foram observadas com cuidado, sempre levando em conta os critérios técnicos e jurídicos necessários, ressaltou que, como representantes de igrejas evangélicas, não tinham interesse em simplesmente expandir ou crescer sem considerar a sociedade, a vizinhança e o meio ambiente, destacou que, apesar da complexidade técnica e jurídica do plano, alguns pontos poderiam ter passado despercebidos, entre eles a questão do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), mencionado anteriormente, afirmou que esse estudo era importante, mas que ainda não existia lei que o regulamentasse, e que, para que pudesse ser exigido das entidades classificadas nos quadros apresentados, seria necessária essa regulamentação, papel que, segundo ele, caberia à Câmara, abordou ainda a classificação das igrejas na categoria de estacionamentos, equiparando-as a shoppings, supermercados e faculdades particulares. Observou que, embora as igrejas realmente necessitassem de vagas de estacionamento para evitar desordem no tráfego, colocá-las na mesma classificação daquelas entidades era inadequado, pois supermercados, shoppings e faculdades funcionavam quase todos os dias e em horário integral, enquanto as igrejas realizavam reuniões duas ou três vezes por semana, com duração de uma ou duas horas, gerando um fluxo muito menor, mencionou também a mudança de categoria para igrejas de até 200 m<sup>2</sup>, enquadradas agora como CS1 e CS2. Disse que pareceria uma grande mudança, mas não seria de fato, porque havia no projeto um artigo sobre o GRN — Gerador de Ruído Noturno. Explicou que todas as igrejas, independentemente de metragem, estavam classificadas como GRN, leu o trecho que definia GRN como estabelecimentos que geram movimento externo, sons e ruídos entre 22h e 6h, falou que, pelo texto, as igrejas não deveriam estar incluídas, pois não realizavam cultos nesse horário, mas, na classificação por letras, aparecia a categoria “locais de culto que utilizem equipamentos eletrônicos ou som com cerimônias noturnas”, o que ampliava o entendimento e acabava enquadrando as igrejas, explicou que, enquanto o quadro de CSI permitia a construção de igrejas em vários locais, o GRN não permitia, criando uma contradição, já que a igreja era o único segmento classificado simultaneamente como CSI e GRN. Segundo ele, isso permitia a interpretação de que a construção poderia ser liberada pelo CSI, mas bloqueada pelo GRN, sugeriu que fosse apresentada uma alteração ou emenda para suprimir as igrejas da classificação GRN, mantendo-as apenas na categoria CSI e parabenizou pelas alterações já realizadas, que beneficiavam não apenas entidades evangélicas, mas todas as instituições contempladas, desde que seguissem os parâmetros legais e técnicos. Jorge - UMARB, assomou a tribuna, explicou que queria apresentar algumas explicações para que os vereadores tivessem tranquilidade na construção de uma lei tão importante para o município, relatou que a Prefeitura havia apresentado a proposta de mudança do Plano Diretor e que o grupo trabalhou durante um bom tempo, formando um grupo de trabalho com todas as instituições para colaborar com o município. Informou que participaram FIEAC, Sinduscon, Fecomércio, Movimento de Luta pela Moradia, CREA, entre outras, explicou que o grupo trabalhou cerca de oito meses, mas, infelizmente, o Plano Diretor já estava fechado, o que impediu que muitas pautas fossem inseridas, deixando várias delas de fora, acrescentou que, mesmo após o encerramento, o grupo continuou trabalhando e elaborou um plano de trabalho para apresentar à comissão da Câmara, reconheceu que nem todas as propostas poderiam ser contempladas, mas afirmou que as mais importantes seriam indicadas aos vereadores para análise, pois contribuiriam significativamente com o novo plano, citou como exemplo a área de APP, anteriormente não existia lei sobre o tema, mas agora havia, pois o Condema já havia aprovado a regulamentação de nascentes, disse que apresentariam todas essas possibilidades de inclusão aos vereadores, sugeriu ao presidente da comissão que fosse marcado



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE**  
**Rua Hugo Carneiro, nº 567 – Bairro Bosque**

um dia específico para que o grupo pudesse entregar suas propostas de forma documentada, ressaltou que o material estava bem fundamentado, resultado de oito meses de trabalho envolvendo vinte instituições, incluindo o Fórum do Empreendedor da FIEAC, explicou que a intenção era reunir tudo em um único documento para facilitar a análise das propostas, ressaltou que o Plano Diretor é um instrumento mutável, passível de atualização conforme as necessidades surgissem e finalizou agradecendo pelo espaço e pela palavra, encerrando com um agradecimento a todos. **Deputado José Adriano** – Presidente da FIEAC assomou à tribuna, cumprimentou a todos, agradeceu ao vereador Bruno pelo convite, reconheceu a condução dos trabalhos pela mesa e destacou o desafio de discutir o Plano Diretor de uma cidade em constante movimento, afirmou que, do ponto de vista da condução dos trabalhos, o desafio enfrentado pelos vereadores exige empatia, falou que se identifica com essas dificuldades por também se considerar um parlamentar iniciante, ressaltou os desafios de conciliar interesses, ouvir todas as partes e, acima de tudo, administrar conflitos e egos dentro de uma comissão, parabenizou as mulheres, afirmou que, para falar de desenvolvimento, é necessário observar as condições atuais da cidade e analisar todas as questões relacionadas não apenas à acessibilidade, que já era uma exigência desde o ano 2000, sugeriu que a instituição encaminharia à mesa e à comissão um documento solicitando condições para momentos específicos de reflexão sobre alguns pontos. Em seguida, agradeceu pelas contribuições já apresentadas, lembrou que, em 2016, havia sido um grande desafio lidar com a expectativa de que dez anos seria muito tempo; mas, de 2020 em diante, tornou-se necessário acelerar as discussões, tratando-as de forma exaustiva, porém eficaz, registrou seu agradecimento à condução dos trabalhos por todos os vereadores, expressou o desejo de, na próxima oportunidade, poder felicitar a todos pelos avanços alcançados no Plano Diretor e encerrou agradecendo. **Arcelon da Silva Dias**, representante da Comissão de Infraestrutura da OAB seccional Acre, assomou à tribuna, explicou que a revisão do Plano Diretor não é apenas uma atualização técnica, mas uma decisão que definirá como Rio Branco irá crescer, quem terá acesso à cidade, como será a convivência com o meio ambiente, de que forma serão prevenidas tragédias em áreas de risco e como será garantido um desenvolvimento urbano justo, afirmou que a OAB entende que esse momento histórico exige equilíbrio, transparência e responsabilidade, e que é essencial permitir debates qualificados para que as decisões fossem assertivas, reconheceu que um tema com tal magnitude naturalmente envolve diferentes interesses sociais, econômicos e institucionais, explicou que o Estatuto da Cidade exige que mudanças estruturantes tenham participação real, e não apenas formal, ressaltou que é fundamental garantir ampla publicidade de todas as etapas, com acesso aos estudos de impacto e às justificativas técnicas, afirmou que alterações como aumento de gabarito, mudanças de recursos, flexibilização de usos e revisão de APPs poderiam impulsionar investimentos, mas precisavam estar devidamente fundamentadas, reconheceu os avanços trazidos pelo mapeamento, informando que havia tido acesso prévio a alguns pontos do Plano Diretor, reforçou que nenhuma flexibilização poderia colocar vidas em risco ou permitir ocupações em áreas que demandassem obras, mitigação ou realocação planejada, colocou a Comissão de Infraestrutura à disposição dos vereadores e da equipe técnica da Prefeitura para construir coletivamente o plano e encerrou agradecendo. **Professor Alexandre**, PhD e pró-reitor de planejamento, assomou à tribuna, cumprimentou a todos, iniciou lembrando uma estrofe do Hino Nacional: “*Ouviram do Ipiranga às margens plácidas um brado heroico retumbante*”, destacou que a cidade vive momentos muito difíceis, citando como exemplo a enxurrada do Igapé São Francisco ocorrida em 23 de março de 2023, fez um alerta à equipe técnica do Plano Diretor, aos vereadores e à equipe que acompanha o processo, de que a cidade não está preparada para enfrentar as mudanças climáticas, e o Plano Diretor falha ao não preparar



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE**  
**Rua Hugo Carneiro, nº 567 – Bairro Bosque**

Rio Branco para esse cenário, ressaltou que é fundamental inserir no Plano Diretor ações que priorizassem a infraestrutura verde e as áreas verdes da cidade, explicou que, com as mudanças climáticas, as chuvas estão caindo em intervalos menores e com maior intensidade, e que as calhas dos rios já não comportam o volume de água, destacou que a cidade estava sendo impermeabilizada, enquanto o plano concentra-se na infraestrutura cinza, deixando de lado a infraestrutura verde, que ele considerou a parte mais preciosa da cidade, mencionou o acordo de cooperação técnica entre o Tribunal de Contas do Estado e a Universidade Federal do Acre, por meio do qual estão sendo desenvolvidos estudos para tentar mitigar as enxurradas que atingem principalmente a população vulnerável residente nas margens dos rios, ressaltou que a legislação precisa dar respaldo técnico para essas ações e que, sem esse respaldo, os profissionais não conseguiriam agir, chamou atenção para a necessidade de resgatar o que estabelecia os planos de 1986 e 2006, que foram suprimidos em 2016 e encerrou agradecendo.

**Professor Antônio Furtado** - CREA/AC assomou á tribuna, apontou dois tópicos principais, o primeiro dizia respeito à faixa de domínio e às normas federais de uso do solo, explicou que, por gestão do governo estadual junto ao ministro Mário David Andreazza, a faixa de domínio no perímetro urbano de Rio Branco foi reduzida de 50 metros (100 metros na soma dos dois lados, conforme regras da Amazônia Legal) para 35 metros (70 metros totais), mediante a Portaria nº 041/1981, em complementação à Lei 676/1979, explicou a lógica: o DNIT precisa de 20 metros para cada lado para futuras ampliações, e a Lei 676 estabelecia mais 15 metros de área não edificante, relatou que posteriormente a prefeitura e o Ministério Público interpretaram que deveriam acrescentar mais 15 metros, reconstituindo novamente os 50 metros, observou que o novo Plano Diretor reduz essa faixa para 5 metros adicionais, questionou se a União, proprietária das áreas, afirmava não haver necessidade dessa reserva, perguntou a quem interessaria essa ampliação e disse que a cidade deveria pensar grande, com leis claras e aplicáveis, pois leis ruins atrapalham as demais, citando Rousseau e Montesquieu, o segundo ponto que destacou foi a acessibilidade, relatou que Rio Branco não tem calçadas adequadas, nem acessibilidade, encerrou dizendo que se fala muito sobre áreas verdes, mas que o debate muitas vezes é poético e finalizou agradecendo. **Laís Medeiros** – arquiteta e urbanista, assomou á tribuna, agradeceu ao vereador Bruno Moraes pelo convite para representar a Secretaria de Estado de Obras Públicas, destacou como ponto preocupante o gabarito de 40 metros previsto para a zona consolidada e para as áreas de promoção de comércio e serviços, observou que o aumento do gabarito acarretará impactos significativos na infraestrutura, incluindo redes de água, esgoto, energia e drenagem; sobrecarregará o sistema viário, agravará o trânsito, que já está cada vez mais congestionado e poderá gerar efeitos negativos no conforto térmico, no sombreamento, na ventilação e no aumento de ilhas de calor na cidade, sugeriu uma análise técnica e a possibilidade de redução desse gabarito, apontou um pequeno sombreamento entre a Área de Proteção Ambiental (APA) Irineu Serra e a Área de Desenvolvimento Industrial, tratou da redução das exigências de estacionamento, sugeriu reavaliação, considerou os impactos no sistema viário, enfatizou que mais importante que reduzir vagas será investir em transporte público, em calçadas adequadas e em ciclovias seguras, reforçou, especialmente, a necessidade da implementação do Plano de Mobilidade Urbana, considerando que o trânsito da cidade está cada vez mais caótico, com número crescente de veículos e um transporte público ainda bastante deficiente, apontou ausência de planos e programas voltados à infraestrutura verde, declarou não ter identificado no projeto de lei propostas consistentes para infraestrutura verde urbana, nem programas relacionados aos parques urbanos, como o Parque da Maternidade, Parque do Igarapé Fundo, Parque do Tucumã, Parque do Palmeiral e Parque do Vale do Açaí, todos parques com funções ambientais e sociais relevantes, mas que vêm se deteriorando nos



## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE

Rua Hugo Carneiro, nº 567 – Bairro Bosque

últimos anos e colocou-se à disposição para contribuir, debater e colaborar com melhorias para a cidade. **Arthur Leite** – Coordenador do Núcleo técnico do MP assomou à tribuna, enfatizou a necessidade de traduzir termos técnicos, como gabaritos e siglas, para que os moradores dos bairros, diretamente impactados pelas alterações, pudessem participar de forma informada, chamou atenção para a flexibilização de áreas industriais, relatou que recebeu queixas na promotoria de urbanismo e meio ambiente sobre pessoas que se instalaram de forma inadequada nos distritos industriais e estavam reclamando de barulho e fumaça, ressaltou que a indústria gera impacto e, para preservar empregos e o desenvolvimento, é fundamental manter a integridade das áreas industriais, sem adaptar o Plano Diretor aos erros de ocupação individual, defendeu que é o empreendedor que deve se adequar à lei, e não o contrário, afirmou que a cidade precisa de uma abordagem mais institucional, evitando “remendos” em uma ferramenta de gestão essencial, destacou a importância de preservar as bacias do São Francisco e do Judia, bem como o entorno da Via Verde, que tem sofrido aterramentos, aumentando a velocidade de alagamento nas áreas baixas, especialmente na região do Taquari, ressaltou que a cidade sofre com impermeabilização do solo, redução de áreas verdes, transporte público precário e necessidade de garantir áreas de infiltração, lembrando que mexer na área verde sem planejamento gera riscos ambientais e urbanos, podendo aumentar os gastos da Defesa Civil, apontou a necessidade de adaptar o Plano Diretor às grandes obras de infraestrutura, como viadutos e novos eixos viários, com foco na segurança, especialmente em áreas de captação de água, destacou que algumas dessas áreas estão em regiões de erosão e precisam de proteção, sem qualquer tipo de ocupação que comprometa a segurança hídrica do município, ressaltou a necessidade de arborização urbana, ponderou sobre a harmonização com calçadas acessíveis, e a urgência de discutir o sistema de esgotamento sanitário, que, segundo ele, funciona inadequadamente em 90% das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), apontou ainda a situação dos cemitérios públicos, destacou que o sistema atual está quase esgotado e que é necessário discutir o local adequado para novos cemitérios, a manutenção de pequenos cemitérios tradicionais, evitando contaminação por chorume, enfatizou a necessidade de tratar da gestão de resíduos, como os resíduos de inertes na entrada da Transacriana, apontando que a definição de áreas e alternativas deve ser parte do eixo de desenvolvimento do Plano Diretor, e encerrou agradecendo. **Dr. Luiz Henrique Rolim** - Promotor de Justiça, assomou à tribuna, explicou que encaminhou um relatório técnico e um resumo das questões consideradas relevantes para a Câmara de Vereadores, destacou que o documento havia sido produzido pelo núcleo de apoio técnico do Ministério Público, chamou atenção para questões de flexibilização de áreas de risco e de implantação de polos geradores de tráfego, destacou que tais medidas poderiam gerar impactos sérios se não fossem acompanhadas de estudos técnicos adequados, ressaltou a necessidade de regulamentar estudos de impacto de vizinhança e de tráfego, para evitar conflitos e prejuízos à população e ao município, enfatizou que o Ministério Público seria parceiro da Câmara de Vereadores, desde que as ações estejam alinhadas ao interesse público, reforçou a importância de ampliar o debate com a sociedade antes da aprovação do plano diretor e lembrou o princípio da participação democrática previsto no Estatuto da Cidade. **Marcel Bezerra**, representando o Sindicato dos Postos de Combustível, assomou à tribuna, afirmou que, embora se fale muito sobre trânsito e meio ambiente, o posto de gasolina estava diretamente ligado a ambos os setores, destacou que o sindicato é a favor da revenda e da abertura de mais postos de combustível, pois fortalece a revenda e a própria entidade sindical. Destacou porém que os postos de gasolina também possuem potencial de dano ambiental, explicou que os postos pagam taxas ao IBAMA, como o TCFA, e outras taxas apenas por existir, e que, em caso de danos ambientais, também são responsabilizados, ressaltou os



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE**  
**Rua Hugo Carneiro, nº 567 – Bairro Bosque**

riscos de explosão, contaminação do lençol freático e o impacto no trânsito, principalmente pelo movimento de caminhões de abastecimento, lembrou que a distância mínima de 1.200 metros entre postos havia sido estabelecida com base em experiências de outras cidades e estados, como Porto Velho, onde a redução do distanciamento levou ao fechamento de muitos postos e ao prejuízo do setor, alertou para o risco de ingresso do crime organizado no segmento de combustível, citou que a redução do distanciamento facilitaria a atuação de organizações criminosas na lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e apropriação de patrimônio, conforme amplamente divulgado na mídia nacional, informou que ainda existiam diversas áreas viáveis para a construção de novos postos na cidade, mencionou que, no momento, três estavam em construção, além dos que já estavam em funcionamento, pediu que a Câmara leve em consideração esses argumentos ao discutir a redução da distância mínima entre postos, lembrou os riscos ao meio ambiente, ao trânsito e à segurança da cidade e agradeceu a todos. **Raque Eline**, apresentou-se como procuradora há 17 anos e destacou que atua no urbanismo desde 2013, totalizando 12 anos nessa área, relatou que, quando perguntada sobre suas expectativas para a audiência e se estaria preocupada em defender o projeto da procuradoria, afirmou não ter preocupação, pois esse é o ambiente adequado para construir e debater a proposta, destacou a importância de considerar os problemas locais no contexto de grandes discussões globais, ressaltou que a Procuradoria do Município estava presente para garantir legalidade e concretizar políticas públicas, lembrou que a população define as políticas públicas no momento do voto, destacou que os servidores municipais atuam de forma neutra, sem vínculos partidários, representando o município de Rio Branco, colocou-se à disposição para esclarecimentos, acompanhamento das próximas audiências e para defender as decisões tomadas na Câmara, agradeceu e finalizou sua fala. **Vereadora Elzinha Mendonça** assomou à tribuna, saudou todas as autoridades presentes e destacou que a audiência pública é um instrumento importante para discutir, trocar ideias e debater assuntos relevantes, como o plano diretor, mencionando que o plano diretor era resultado de um esforço coletivo, mas que precisava da participação de pessoas diretamente afetadas, citou o Residencial Holanda, no entorno do bairro Manuel Julião, e lotes como o da Rua Mississippi, quadra 18, lote 7, que foram classificados como Área de Preservação Permanente (APP) mesmo possuindo infraestrutura urbana instalada, perguntou se o novo plano diretor previa mecanismos de revisão cartográfica ou reclassificação dessas áreas consolidadas, essencial para garantir segurança jurídica aos proprietários, reforçou a necessidade de um plano diretor realista e construído com a participação de quem vive em Rio Branco, destacando que os vereadores tinham o dever de garantir que ele realmente servisse à população. Colocou-se à disposição para colaborar na construção do plano e destacou que, trabalhando em parceria e envolvendo as pessoas mais impactadas, o processo teria maior chance de sucesso. **Vereador Felipe Tchê** assomou à tribuna, enalteceu a participação dos membros do Ministério Público, ressaltou a importância das ponderações legais e do fato de o executivo não ter trazido um plano pronto, permitindo assim a discussão e eventuais alterações, solicitou que o plano diretor não seja colocado em votação ainda neste ano, argumentando que não havia tempo hábil para uma análise completa e que seria necessário envolver todos os vereadores e a sociedade civil organizada, destacou que o plano diretor trata de temas complexos, como flexibilização de estacionamento, impacto em políticas de vizinhança, mobilidade urbana, acessibilidade, questões ambientais, enchentes e mudanças climáticas, relatou que recebeu contribuições de diferentes setores da sociedade, incluindo Federação das Indústrias, Federação da Agricultura, corretores de imóveis e pessoas com deficiência, e afirmou que essas sugestões seriam incorporadas ao plano na forma de emendas, reforçou que o debate sobre o plano diretor não se encerraria em uma única audiência pública, sendo necessário mais tempo



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE**  
**Rua Hugo Carneiro, nº 567 – Bairro Bosque**

para debates setorizados e ampliação da participação social, agradeceu a oportunidade de participar da audiência e ressaltou a importância do diálogo entre sociedade e poder público para consolidar um plano diretor que fosse justo, realista e abrangente para a cidade de Rio Branco. **Vereador Matheus Paiva** assomou à tribuna, lembrou que o plano diretor da cidade fora criado em 2006 e revisado pela última vez em 2016, quase 10 anos atrás, e que, apesar da previsão legal de atualizações periódicas, a cidade cresceu mais rápido do que o planejamento destacou que a revisão apresentada pelo PLC 26/2025 é urgente e necessária, fundamentada em obrigação legal e técnica, reafirmou seu compromisso, como vice-presidente da Comissão de Infraestrutura e Urbanismo, de analisar cada ponto com responsabilidade e profundidade, garantindo que o plano diretor seja um instrumento real de melhoria da vida das pessoas e agradeceu a todos e colocou-se à disposição. **Vereador Bruno Moraes** assomou à tribuna, afirmou que não imaginava que tantas instituições com grande representatividade da sociedade estariam presentes, compreendeu a grandiosidade do tema debatido, o qual, segundo ele, talvez tenha sido a audiência mais importante do ano na Câmara, destacou que a Câmara não tinha apenas a função de legislar e fiscalizar, mas de trazer temas da sociedade para debate, promovendo discussões e reflexões necessárias, finalizou afirmando que todos são sempre bem-vindos à Casa e disse sentir-se honrado pela permanência dos presentes até o momento. Nada mais havendo a constar, a sessão foi encerrada às doze horas e, para constar, lavrada a presente ata, que vai assinada pelo presidente e pelo secretário.

  
**BRUNO MORAES**  
Presidente

  
**MATHEUS PAIVA**  
Secretário